

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , de 2015**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer informações ao Ministro de Minas e Energia sobre as medidas a serem adotadas pelo Governo para superar a crise do setor elétrico.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Sr. Carlos Eduardo de Souza Braga, Ministro de Minas e Energia, sobre as medidas a serem adotadas pelo Governo Federal para superar a crise do Setor Elétrico.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

1 – Quais os planos do Ministério de Minas e Energia de curto médio e longo prazos para o Setor Elétrico, seguimento de infraestrutura da maior importância para o desenvolvimento do país;

2 – Quais investimentos foram realizados pelo Governo Federal, nos últimos 10 (dez) anos, para garantir a geração de energia no país e o respectivo potencial de geração em MWh, por fonte de energia (hidrelétrica, termelétrica, eólica, solar, entre outras);

3 – Quais novos empreendimentos de geração de energia, do Governo Federal, entraram em operação nos últimos 10 anos, com seus respectivos montantes de investimento, potencial de geração em MWh e o tipo de fonte (hidrelétrica, termelétrica, eólica, solar, entre outras);

4 – Se o Governo Federal planeja novos reajustes de energia até o fim de 2015, em caso afirmativo, em qual percentual;

5 – Como o Ministério planeja assegurar a modicidade tarifária e ao mesmo tempo viabilizar recursos para a expansão do setor elétrico no Brasil.

**Justificativa**

O setor de energia elétrica encontra-se numa crise sem precedentes e a solução exigirá medidas muito duras no curto prazo, além de muito planejamento, gestão e regulação no médio e longo prazo.

Os cenários para 2015 são ainda mais preocupantes, visto que as chuvas estão muito inferiores do que foi previsto. Desta forma, os reservatórios não atingirão níveis confortáveis e temos que considerar como cada vez mais provável um cenário com racionamentos de energia elétrica no país. Além disso, continuaremos dependendo cada vez mais das usinas termelétricas, que são significativamente mais dispendiosas e mais agressoras ao meio ambiente. Os apagões ocorridos no início do ano são reflexo da escassez de energia que já enfrentamos.

Nesse cenário, o racionamento deve ser encarado como uma ação provável e, nesse caso, teremos de fazer do “limão a limonada”. O racionamento de 2001 custou, a preços de hoje, R\$ 25 bilhões, enquanto a atual política de negar os problemas e fazer populismo já ultrapassou os R\$ 100 bilhões. Na realidade, o racionamento desse ano já deveria ter iniciado em 2014 e só não aconteceu pelo fato de a política do setor estar profundamente atrelada ao calendário eleitoral. Essa subordinação ao calendário eleitoral fez o Governo errar na forma como publicou a Medida Provisória 579 e administrar de forma temerária os reservatórios das usinas, que chegaram ao fim de 2014 em níveis lastimáveis. Portanto, com ou sem racionamento, teremos que colocar a casa em ordem.

Além do aumento da fragilidade do sistema, as consequências da desorganização do setor têm tido um custo muito elevado. Os consumidores e os contribuintes estão pagando essa conta. É fundamental que este Governo pare de se esconder atrás de desculpas e tome as atitudes necessárias para a boa gestão do setor elétrico. Caso contrário, haverá um colapso social e econômico, por evidente falta de planejamento e de políticas públicas eficazes para o setor.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2015.

**Deputado RUBENS BUENO**

**PPS / PR**